



Operação Gedeón: o uso de companhias militares privadas na Venezuela

Maria Paula Baêso Moura ¹

Resumo

Em maio de 2020 ocorreu uma tentativa de invasão ao território venezuelano que visava um golpe de Estado no país. Após diversas denúncias vindas de todas as partes de quem seriam esses grupos invasores a mando de quem estariam agindo, descobriu-se que se tratavam de servidores da companhia militar privada estadunidense Silvercorp. A questão que ficou em aberto foi a de quem eram os mandantes e esse é o ponto que esse artigo se propõe a explorar. Através da análise do contrato empresarial e de notícias de jornais, além de denunciar o uso das companhias militares privadas, atesta-se o envolvimento direto da oposição venezuelana com incentivo dos Estados Unidos da América.

Palavras chave: Venezuela, Gedeon, Companhias Militares Privadas,; Segurança Internacional, EUA.

Operación Gedeón: el uso de empresas militares privadas en Venezuela

Resumen

En mayo de 2020, se intentó invadir territorio venezolano que tenía como objetivo un golpe de Estado en el país. Luego de varias denuncias de todas partes de quienes eran estos grupos invasores a instancias de quienes actuaban, se descubrió que eran servidores de la empresa militar privada estadounidense Silvercorp. La pregunta que quedó abierta fue quiénes eran los principales y ese es el punto que este artículo se propone explorar. A través del análisis del contrato comercial y noticias de los periódicos, además de denunciar el uso de empresas militares privadas, se atestigua la participación directa de la oposición venezolana con aliento de los Estados Unidos de América.

Palabras clave: Venezuela, Gedeón, Compañías militares privadas, Seguridad internacional, Estados Unidos.

Gedeón Operation: the use of private military companies in Venezuela

Summary

In May 2020, an attempt was made to invade Venezuelan territory that aimed a coup d'état in the country. After several complaints from all parts of who these invader groups are and at the behest of who they were acting, it turns out that they were workers of the American private military company Silvercorp. The question that remained open was who were the mastermind

¹ Mestranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Temas de pesquisa: Segurança Internacional com foco em América Latina. mariabaesso@usp.br/mariabaesso@gmail.com

and that question is the point that this article proposes to explore. Through the analysis of the business contract and news from newspapers, in addition to denouncing the use of private military groups, we attested the direct involvement of the Venezuelan opposition with the encouragement of the United States of America.

Key words: Venezuela, Gedeon, Private Military Companies, International Security, USA.

Introdução

Durante o terceiro e quarto dia de maio do ano de 2020, foi noticiada amplamente uma tentativa de invasão ao território venezuelano pela companhia militar privada estadunidense *Silvercorp*. A operação, que contava com a participação de poucos homens, entre eles venezuelanos, estadunidenses e colombianos, tinha como objetivo a derrubada do governo de Nicolás Maduro e a nomeação de Juan Guaidó para o cargo. A tentativa de ataque não obteve sucesso, mas inúmeras questões ficaram em aberto, afinal, quem foi o mandante da ação? entre as acusações, estava a oposição venezuelana, liderada por Guaidó, e o próprio governo dos Estados Unidos.

As primeiras respostas sobre quem contratou a operação na Venezuela surgiram logo após o ocorrido. A oposição, liderada por Juan Guaidó, em um primeiro momento negou envolvimento, mas a afirmativa foi descartada ao vir a público o contrato da missão assinada pelo mesmo. Concomitantemente, analistas e o próprio governo venezuelano acusavam os Estados Unidos de terem participado ativamente da tentativa de invasão, em uma situação análoga ao que ocorreu no caso cubano da Baía dos Porcos no ano de 1961, mesmo o governo estadunidense negando qualquer conhecimento sobre o ataque.

Neste trabalho busca-se atestar a hipótese de que a tentativa de ataque ao governo venezuelano pela companhia militar privada *Silvercorp* é oriunda do incentivo estadunidense. Mesmo que não participando ativamente do caso, o discurso inflamado contra o governo venezuelano desde os tempos de Hugo Chávez, que assume em 1999, junto de uma legitimação da auto-proclamação de Juan Guaidó e principalmente do encorajamento à derrubada do governo, colando um preço na cabeça de Maduro, foram incentivos para a oposição agir de maneira inconstitucional e para empresas militares privadas embarcarem na ideia.

O uso de companhia militares privadas deu poder de guerra a diversos grupos não-estatais ao mesmo tempo que favoreceu politicamente e financeiramente a Estados. Através de definições sobre essas companhias, da análise da operação em si e das diversas versões sobre o acontecimento, o trabalho buscará responder a hipótese de que o governo estaduni-

dense tem ligação com o ocorrido, deixando ainda em aberto a hipótese que o ocorrido faz parte de sua ofensiva de guerra híbrida na Venezuela.

Além do estudo do caso, o trabalho se justifica pela carência deste tipo de análise da América Latina. Como alertado por Peter W. Singer, a compreensão das ações das companhias militares privadas é carente geograficamente. Embora esse trabalho foque em um estudo de caso, é algo novo compreender o fenômeno na região, visto que normalmente os estudos se baseiam no continente africano e no oriente médio. (SINGER, 2001, p. 189 apud BORBA DA COSTA, 2012, p.8)

Metodologia

O trabalho consiste em três partes para além de Introdução, Metodologia e Conclusão. Em um primeiro momento será caracterizada as companhias militares privadas, através de definições, dos seus benefícios e malefícios. O autor principal mobilizado é Peter W. Singer (2003)

A segunda parte aborda a tentativa fracassada de invasão ao território venezuelano, e como se trata de um episódio recente, foi usado como base de análise o contrato da operação e diversas fontes de jornais que relataram o acontecimento.

Por fim, antecedendo a conclusão, pretende-se discutir a hipótese do envolvimento estadunidense na operação. Nesta sessão deseja-se investigar tanto as declarações do próprio governo estadunidense de não terem nem conhecimento e nem participação no caso, e também descaracterizar o caso como mais uma “baía dos porcos” na América Latina. Acredita-se que o que ocorreu trata-se de um incentivo estadunidense, em que houve um envolvimento mesmo que indireto, em busca da desestabilização do governo Maduro, através do fortalecimento da oposição e do incentivo ao caos. Características que sinalizam para a questão supracitada sobre as guerras híbridas.

Companhias Militares Privadas e a *SilverCorp*

Segundo, Rafael Villa (1994), o Estado-Nação parece estar perdendo a exclusividade e o monopólio do direcionamento das relações internacionais. Novos atores, agora não-estatais, cada vez mais dividem espaço na arena política internacional. O pano de fundo para esse atores encontra-se no que Mary Kaldor (1990) nomeia de novas guerras.

De maneira geral, o que havia antes dessas chamadas novas guerras, eram as guerras tradicionais. Elas se caracterizavam por serem um fenômeno estatal, sendo assim, público, com uma clara distinção entre períodos de paz e de guerra. Além disso eram guerras que pode-se chamar de simétricas, no sentido de serem compostas de unidades de Estado com disponibilidade dos mesmos aparatos, e terem como sua principal unidade operacional o soldado.

Já as novas guerras, são um fenômeno de surgimento nos anos 1990, como um aspecto da era da globalização, que segundo Mary Kaldor (1999), ocorrem principalmente pela forte privatização dos elementos da guerra, além da potencialização do declínio das guerras interestatais acompanhadas do aumento das guerras intraestatais. As novas guerras sinalizam uma modificação do que Max Weber definiu então como Estado, já que tira desse o que o caracterizava, que é o monopólio legítimo da força (COHEN, KUPÇU, 2005, p. 187). Essas guerras têm como objetivo o lucro financeiro e utilizam como meio a violência organizada. Ainda segundo a autora, as novas guerras envolvem uma embaçada distinção entre guerra, crime organizado e violência dos direitos humanos em grande escala.

Dessa forma, a maior distinção entre as velhas e novas guerras é a mudança das percepções que prevaleciam sobre guerra, diferindo quanto a seus objetivos, seus métodos e como são financiadas.

Com base nessas novas características de guerra, se desenvolvem novos atores não-estatais, entre eles as companhias militares privadas. Cabe aqui informar que as empresas militares privadas, muitas vezes em um papel de mercenários, já agiam dentro do contexto das guerras tradicionais, mas essas vêm ganhando maior espaço na arena política internacional e distanciando-se do conceito de mercenário.

A diferença dos atores das companhias militares privadas para os mercenários, é que esses são organizados hierarquicamente em um negócio formal (firmas, empresas, corporações), que trocam e competem abertamente no mercado internacional, o que faz com que se distinguiam dos mercenários por buscarem lucros nos negócios ainda mais do que individuais somente. Ademais, se comparados, providenciam uma maior gama de serviços para uma maior variedade de clientes. (COHEN, KUPÇU, 2005, p. 191)

Esse novo momento da utilização das companhias militares privadas inicia-se no final da guerra-fria, acompanhando o movimento de privatizações tanto dentro dos Estados como da política externa. Desde então, de maneira mais exposta, contrariando aos mandamentos de Maquiavel em *O Príncipe*, os Estados abrem mão de utilizar somente a força de seus exércitos próprios. O interessante é que o uso das forças estatais, juntamente com a cobrança de impostos, era algo que os Estados pareciam que nunca abriram mão, vide a obra de Charles Tilly,

Coerção, Capital e Estados Europeus (1990) em que o autor demonstra como esses dois elementos deram origem aos Estados do continente.

Por definição, as companhias privadas são organizações privadas, como diz o nome, com fins lucrativos que negociam serviços vinculados intrinsecamente a guerra. Trabalham em diversos segmentos, como treinamento de tropas, assistência técnica militar, direção de unidades, operações logísticas, etc. As causas que levaram ao surgimento dessas organizações vem, além do movimento de privatizações, de um vácuo de segurança pós guerra fria, que foi alimentado pelas chamadas novas ameaças, o desemprego dos ex soldados e oficiais das forças armadas e a dificuldade dos grandes poderes de justificarem intervenções/operações no exterior perante a opinião pública.

Sua origem verifica-se principalmente na Inglaterra e Estados Unidos, que empregam regularmente tais empresas. Como afirmam Cohen e Kupçu (2005) todas as grandes operações estadunidenses pós-guerra fria, como no Golfo Pérsico, Somália, Haiti, Zaire, Bósnia e Kosovo, utilizaram do suporte de empresas privadas.

Javier Arevalo (2008) trata profundamente da questão do uso de forças privadas na guerra, mostrando as diferenças que existem entre os atores privados e os públicos e os arranjos e complicações dessa relação.

Sobre as diferenças, deve-se destacar que os contratistas e seus empregados não são combatentes, são civis autorizados a acompanhar a força militar. Sendo assim, os agentes privados têm como base de suas ações o contrato, obedecendo-o, não havendo versatilidade como pode ter um soldado. Os contratados podem até negar-se a participar de determinada missão caso enxerguem um risco maior do que o presente no contrato.

É interessante observar um outro ponto de divergência, discutido por Borba da Costa (2012, p. 182), que por não serem estatais, as companhias militares privadas lucram com a guerra, dessa forma se faz essencial que as guerras sejam provocadas para que se possa fazer dinheiro. Diferentemente das intervenções militares estatais que buscam a solução do conflito, as empresas militares privadas dependem dessa situação para sua renda, o que leva à um fomento às guerras.

Com a diferenciação, resultam complicações como as elencadas a seguir: 1. quem e como será feita a segurança desses agentes privados no território em guerra; 2. os empregados civis, que em muitos casos são locais, poderem realizar atos de sabotagem e outros atos hostis deliberados; 3. o uso indevido de armas, pois pode ocorrer de serem considerados como combatentes pelas forças inimigas e assim serem confundido com um mercenários; 4. a falta de jurisdição específica sobre tais agentes privados; 5. possíveis repercussões das condutas im-

próprias dos civis sobre o prestígio da imagem das forças armadas e 6. a perda de confidencialidade, devido a intrusão de empresas civis e seu acesso a instalações e dados de material e pessoal militar que podem dificultar a ação de mando.

Cabe também adicionar, no que concerne a interação da mercantilização da violência e o ambiente de segurança internacional o que Cohen e Kupçu (2005) destacam em 5 áreas. Essas são: 1. a capacidade das companhias militares privadas de transformar Estados ou grupos de economia limitada em grandes poderes militares; 2. as complicações que apresentam para estimar o equilíbrio de poder; 3. as mudanças que o mercado oferece para as relações de aliança; 4. a capacidade das companhias de capacitar atores não estatais e 5. o impacto das companhias no respeito aos direitos humanos.

Porém, apesar das diversas complicações que podem ocorrer do uso de tais companhias, o uso ampliado de tais tem sido verificado. Isso deve-se ao fato de serem mais baratas àqueles Estados e grupos que lhes contratam tanto financeiramente como politicamente. No primeiro caso, contrastando com o custo de manter uma estrutura militar pública, já que as empresas privadas necessitam do que está previsto no contrato durante período limitado enquanto que para manter uma estrutura militar estatal é necessário um grande investimento, como por exemplo o pagamento de planos de pensão.

Na questão política, a vantagem ocorre, pois, as operações não são conectadas diretamente aos Estados ou grupos contratantes, evitando controles legislativos e a opinião pública. (SINGER, 2003) Um outro ponto interessante é que muitas vezes os agentes particulares não da nacionalidade de país contratante e nem do país de origem da empresa. Existem hoje, no Iraque, chilenos, sul-africanos e nepaleses lutando pelas cores americanas, através das companhias militares privadas. Isso faz com que as baixas não sejam atreladas ao Estado contratante e nem o da empresa. (BRACOLI, p.5)

Essas duas vantagens, financeira e política, fizeram com que grupos opositores ao governo de Nicolás Maduro na Venezuela buscassem a companhia privada estadunidense *Silvercorp* para a tentativa de golpe no país.

A empresa utilizada é baseada na Flórida nos Estados Unidos, fundada e comandada pelo canadense/estadunidense Jordan Goudreau desde o ano de 2008. O empresário é, como normalmente acontece, ex combatente, tendo servido às Forças Armadas canadenses e estadunidenses, lutando tanto no Iraque como no Afeganistão. A ideia inicial da empresa era treinar policiais e professores diante de ataques a escolas nos Estados Unidos.

A empresa teve sua primeira ligação ao território venezuelano no início de 2019, provendo serviços de segurança no *Venezuela Aid Live* (festival beneficente realizado pela oposi-

ção venezuelana em Cúcuta - Colômbia) e em novembro do mesmo ano, encontrou com o auto-proclamado “presidente” Juan Guaidó, fazendo acordos iniciais para a operação que se sucedeu 2020, à qual será analisada com o intuito de entender sua relação com o governo estadunidense.

Operação Gedeon

Para a compreensão de uma operação realizada por companhias militares privadas é essencial a análise do contrato que a rege. Lá se encontram os prazos, o financiamento, os objetivos e os contratantes.

O contrato da operação conhecida como “Gedeon”, assinado em 16 de outubro de 2019, formalizou as questões da tentativa de derrubada do governo venezuelano. Entre as diversas cláusulas, destacam-se: o custo total do projeto que foi de 212,900,000.00 dólares durante a operação que duraria 495 dias, podendo sofrer um adendo de até 90 dias. Englobava também, por exemplo, gastos com equipamentos de segurança, viagens, gastos médicos e indenização para famílias daqueles que morressem. O financiamento viria principalmente dos recursos oriundos dos dividendos de empresas estatais venezuelanas confiscadas pelos Estados Unidos. (PARDO, 2020)

Os objetivos são registrados diversas vezes durante o corpo do texto, sendo eles: 1. a saída/eliminação do regime venezuelano vigente, capturando/detendo/eliminando Nicolás Maduro e 2. a entrada/instalação do regime venezuelano reconhecido (no caso, reconhecido pelos Estados Unidos), comandado por Juan Guaidó.

Quanto ao uso da força, aspecto importantíssimo ao lidar com companhias militares privadas, houve a autorização do uso, até mesmo incluindo força mortal, caso fosse “necessário e proporcional”. A instrução quanto ao uso da força em situações de ameaças era a seguinte segundo o documento:

- i. Gritar advertências verbais; ii. Mostrar sua arma e demonstrar que tem a intenção de usá-la; iii. Restringir fisicamente, bloquear o acesso ou deter; iv. Disparar um disparo de advertência (se estiver autorizado); v. Disparar para eliminar a ameaça; (CONTRATO, 2020, p., tradução nossa)

Os grupos e organizações que foram identificados como forças paramilitares hostis foram amplos, sendo eles: 1. As Forças Armadas Revolucionárias do Exército Popular da Colômbia (FARC-EP); 2. O Exército de Libertação Nacional (ELN); 3. Hezbolá; 4. Forças ilegítimas venezuelanas: a. Nicolás Maduro, seus tenentes, associados-chave, qualquer partidário

armado e b. Diosdado Cabello (ex presidente da Assembleia Nacional da Venezuela), seus tenentes e associados-chave; 5. Organizações e cartéis de tráfico de drogas e 6. Coletivos armados e violentos (CONTRATO, 2020, pp. 8, 9)

Quanto aos civis, poderiam ser detidos e registrados caso houvesse uma crença razoável de que o indivíduo pertencesse as categorias de: 1. envolvimento em atividades criminosas; 2. interferência na realização da missão; 3. lista de pessoas buscadas para serem interrogadas por ações criminosas e ameaças à segurança.

Ainda, os contratantes outorgaram ao provedor de serviços todos os privilégios, exceções e imunidades equivalentes aos das forças de segurança venezuelana comparáveis. Entre os benefícios estavam o poder de ir e vir do território venezuelano apenas com identificação, a aceitação válida de todas as licenças e autorizações profissionais emitidas pela Companhia para a prestação de serviços do pessoal autorizado e o uso de uniformes e uso de armas de fogo enquanto se realiza o serviço (CONTRATO, 2020, p. 21). Além de que, após a finalização do projeto, haveriam outros benefícios, como por exemplo os investidores teriam um status de vendedor preferido com o novo governo na Venezuela e a *Silvercorp* continuaria aconselhando contra o terrorismo, o tráfico de drogas e a recuperação de bens venezuelanos após a conclusão da operação. (CONTRATO, 2020)

A cadeia de mando da operação foi: 1. Juan Guaidó, como comandante chefe; 2. Sergio Vergara, Supervisor Geral do Projeto; 3. Juan José Rendón como Chefe de estratégia e ainda havia um quarto a ser nomeado que seria o comandante *in loco*. (CONTRATO, 2020, p. 39)

Destacados esses pontos, é possível observar que se tratava de um contrato custoso com diversas especificações que englobavam direitos e deveres antes, durante e pós operação. Além disso, o uso de violência era amplo, atingindo qualquer opositor ao ataque, seja militar ou civil. Quanto ao objetivo, fica explícita a tentativa de golpe de Estado. Mesmo com todas as expectativas descritas no documento, a operação fracassou.

No dia 3 de maio de 2020, cinquenta homens embarcaram em dois barcos na Colômbia. Mas antes de chegarem à costa de Macuto na Venezuela, o grupo foi interceptado pelas forças de segurança do país. No mesmo dia, o ministro do interior venezuelano Nestor Reverol confirmou uma tentativa de invasão por homens em lanchas de alta-velocidade no norte do estado de La Guaira. Na operação oito militantes foram mortos e dois capturados. Um dos detidos, o estadunidense Luke Denman, entregou o objetivo do plano: chegar ao aeroporto internacional Simón Bolívar em Maiquetia, perto da capital Caracas, e controlá-lo até Maduro ser enviado aos Estados Unidos. O governo da Venezuela disse que o grupo fez uma incursão

marinha feita por mercenários terroristas através da Colômbia. Na televisão foi mostrado a captura das armas, documentos peruanos e uniformes com a bandeira dos Estados Unidos. Ao total foram 34 detidos envolvidos na operação, incluindo dois estadunidenses.

No dia 4 de maio, após o anúncio da fracassada operação, acusações e negações vieram por todos os lados. O governo venezuelano acusou o que chamou de “um ataque terrorista durante uma pandemia”, especificamente o *Drug Enforcement Administration* (DEA) estadunidense pela responsabilidade da operação. O governo dos Estados Unidos negou qualquer conhecimento e conexão com o plano. Nicolás Maduro também acusou o país vizinho Colômbia de participação, oferecendo pessoal e espaço de treinamento em uma operação que envolvia Bogotá e Washington com a finalidade de matá-lo. A Colômbia por sua vez também negou participação. (SPUTNIK, 2020). Ao mesmo tempo Goudreau, o dono da empresa *Silvercorp*, lançou um vídeo na internet pós-operação, admitindo sua participação e a de Javier Nieto e acusando Juan Guaidó, que em um primeiro momento também negou envolvimento. Fato que só se alterou após a divulgação do contrato da operação em que o nome principal de mando é o do autoproclamado “presidente”.

O exército privado de Goudreau responderia diretamente a Guaidó, “o presidente encarregado”, atuando à margem da Constituição e por acima das instituições de defesa e segurança do país, como a Força Armada Nacional Bolivariana (FANB). Isso demonstra um dos perigos do uso de companhias na questão da lei. O contrato também previa uma série de violações à Constituição venezuelana e ao direito público internacional. (MELLO, 2020)

Mello (2020) aponta cinco crimes previstos no contrato de invasão à Venezuela: 1. a criação de novas estruturas militares com a participação dos EUA, pois a Silvercorp deveria criar uma Unidade Nacional de Ativos, que reuniria as tropas das Forças de Ações Especiais e do Diretório Geral de Contra Inteligência Militar (DGCIM). 2. Troca de favores, a Silvercorp se compromete a conseguir investidores privados em Washington que fariam um empréstimo para financiar o plano, que depois seria pago com dinheiro do petróleo, além disso Guaidó daria preferência para futuros negócios com a Venezuela. 3. Recompensas aos militares estadunidenses, com pagamentos antes, durante e depois da operação, com diversos benefícios como a entrada e saída do território venezuelano apenas com documento de identificação. 4. Licença para matar e 5. Brechas para a operação militar estadunidense de guerra contra as drogas e ao terrorismo (FARC, Hezbollah e FLN).

O envolvimento de Guaidó fica evidente, mas a participação colombiana e estadunidense estão ainda em debate. Ao mesmo tempo que negam participação, os dois governos deixam explícito o seu desejo de troca de governo na Venezuela. A próxima parte do trabalho

busca analisar argumentos que possam comprovar o envolvimento dos Estados Unidos na operação.

O envolvimento estadunidense

Como já relatado anteriormente, após a tentativa de operação na costa venezuelana, muito foi levantado sobre quem seriam aqueles homens e principalmente a mando de quem teriam agido. Entre acusações, afirmações e negações, diversas análises dessas questões foram desenvolvidas. Por um lado os Estados Unidos nega seu conhecimento do plano, por outro, a Venezuela acusa participação direta de mando estadunidense. Para a investigação da hipótese desse trabalho, a de que os Estados Unidos envolveram-se na operação de maneira indireta motivando os atores, iremos explorar as algumas análises existentes.

Em um primeiro momento, os primeiros suspeitos de envolvimento com a operação negaram qualquer conhecimento. Juan Guaidó, logo no dia seguinte ao ocorrido já teve seu nome desvendado, aparecendo como principal mandante no contrato que regia a invasão. Mas o governo estadunidense, prontamente negou participação. Mike Pompeo, secretário de Estado de Donald Trump, assegurou que "se a administração Trump estivesse envolvida, o resultado seria outro".

Por outro lado, o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, apontou os Estados Unidos como mandante da operação. Vários argumentos indicam validade dessa afirmação. Somente para destacar alguns acontecimentos recentes, antes da tentativa de golpe, no dia 20 de janeiro de 2020, Mike Pompeo participou na Colômbia da 3ª conferência hemisférica contra o terrorismo, contando com a participação do grupo de Lima, incluindo Juan Guaidó. O grupo que tem uma ofensiva ao governo de Maduro, chegou a conclusão que a Venezuela estava servindo de base na América Latina de grupos considerados terroristas pelo governo estadunidense, entre eles o partido político libanês Hezbollah, o partido político colombiano Força Alternativa Revolucionária do Comum (Farc) e a guerrilha colombiana Exército de Libertação Nacional (ELN). Todos esses grupos aparecem no contrato da operação Gedeón. A alegação da existência desses grupos, abrem a possibilidade de intervenção estrangeira no território venezuelano sob justificativa de combate ao terrorismo, e o debate da pauta na reunião anuncia a vontade dessa intervenção. (MELLO, 2020)

Dois meses após a reunião, no dia 26 de março de 2020, o departamento de justiça dos Estados Unidos acusou Maduro e outros cidadãos venezuelanos de crimes de narcotráfico,

lavagem de dinheiro e tráfico de armas. O procurador geral William Barr ainda ofereceu na ocasião uma recompensa de 15 milhões de dólares pela captura de Maduro. (PARDO, 2020)

Ainda mais especificamente em relação a *Silvercorp*, de acordo com a *Associated Press*, Goudreau teve contato próximo com representantes do governo estadunidense, que também dividia a ideia de mudança de governo, no caso de Keith Schiller, guarda-costas de Donald Trump há muitos anos. (GOODMAN, 2020). Após um "pente fino" nas redes sociais de Goudreau, o criminologista Giancarlo Fiorella mostrou no portal Bellingcat evidências de que o agente havia participado e feito a segurança em comícios políticos de Trump. (PARDO, 2020). O jornal de *Wall Street Journal* relatou que a CIA sabia dos planos de golpe.

Com essas evidências, uma comparação foi feita imediatamente com o episódio também mal sucedido da Baía dos Porcos cubana em 1961, em que grupos paramilitares anticas-tristas, ao tentarem invadir a ilha caribenha, foram detidos pelas forças armadas cubanas. Após o ocorrido, foi descoberto que tais agentes invasores foram treinados pela CIA, com apoio das forças armadas estadunidenses.

Apesar das semelhanças entre as duas operações, o trabalho busca apontar algumas diferenças. A começar pelo uso das companhias militares privadas, que são plenamente usadas pelos estadunidenses pós guerra fria, só esse fato já altera por si só os personagens das duas operações. Enquanto que em Cuba tratavam-se de desertores cubanos agindo de maneira ilegal, o uso de companhias militares privadas na venezuelas traz certa legalidade aos agentes que foram contratados para o trabalho. Outro ponto diferencial, é a forma de participação estadunidense. Na Baía dos Porcos, as agências e forças dos Estados Unidos participam efetivamente da operação, seja no treinamento, na logística, no armamento, etc. A operação Gedeón, pelo uso das companhias militares privadas, terceiriza todos esses componentes, o que faz com que os Estados Unidos não sejam ligados diretamente ao caso, fato que é muito interessante financeiramente e politicamente para o país. Como afirma Singer

A justificativa para o uso de PMFs, em vez de ações secretas, é que elas oferecem a cobertura da negação plausível que falta às forças públicas. Se uma operação der errado, as atividades de uma empresa são mais fáceis para um governo negar e a culpa mais simples para mudar. (SINGER, p. 218. tradução nossa)

O forte discurso contrário aos governos bolivarianos da Venezuela, potencializado no governo Maduro pós 2019, em que Trump declara a tentativa de derrubar o legítimo presidente, abertamente dando suporte a Guaidó, acompanhado do preço colocado na “cabeça” de

Maduro, motiva a oposição venezuelana e grupos de companhias militares privadas a se envolverem em atos ilegais de troca de governo.

O pensamento imperialista que que a legitimidade do governo Venezuelano tem que ocorrer em Washington, abre portas para autoprocamação de auto-governos como de Juan Guaidó, tentativas de golpes, e contratação de empresas militares privadas (TATUY TV, 2020). Sendo essa troca interessante para os Estados Unidos, o país consegue que ocorra a mudança que deseja provocando um caos interno no próprio país-alvo, o que, repetindo, é muito interessante financeiramente por não ter que mobilizar seus próprios homens, e politicamente, pois não terá que lidar com o seu parlamento e nem com a opinião pública. Esta é a ideia da guerra híbrida como descrita por Andrew Korybko (2018), que já foi utilizada em diversos países para troca de governos que favorecessem os Estados Unidos e vêm sendo discutida agora no contexto venezuelano. Fica então a hipótese em aberto de que se a operação Gedeón não foi mais uma parte de algo maior arquitetado pelo governo estadunidense.

Conclusão

O uso de atores não estatais privados é comum às guerras há muitos anos, inclusive é exceção ao longo da história o uso exclusivo de forças armadas estatais. Após a guerra fria, com a crescente onda de privatizações, se intensificou novamente o uso de agentes privados, agora na forma de companhias militares privadas. Como novidade, essas empresas se adequam ao mercado financeiro, agindo através de contratos legais, participando da bolsa de valores, disponibilizando diversos tipos de serviço e servindo também a grupos não estatais.

Apesar de algumas complicações decorrentes de seu uso descritas na primeira parte deste trabalho, seus benefícios financeiros e políticos se sobressaem e o Estados Unidos é um dos países que mais se utiliza dessas companhias, talvez por estar entre os países que mais interfere militarmente em outros países.

A Venezuela tornou-se alvo estadunidense desde o governo iniciado em 1999 de Hugo Chávez e principalmente após o anúncio da Revolução Bolivariana e do Socialismo do século XXI. Desde então, vários acontecimentos que buscavam uma mudança de governo no país foram vinculados ao governo estadunidense, por exemplo o golpe de 2002 contra Hugo Chávez,

A operação Gedeón, agora no governo Nicolás Maduro, foi mais uma das tentativas de golpe no país sul-americano. Com a utilização da companhia militar privada estadunidense *Silvercorp*, tentou-se retirar Maduro da ocupação de presidente e colocar em seu lugar o líder

da oposição o auto-nomeado “presidente” Juan Guaidó, o qual é reconhecido pelo governo estadunidense.

Após falhar, a missão foi negada por todos aqueles que a arquitetaram. Logo Guaidó teve seu nome divulgado no contrato da companhia, o que deixou poucas dúvidas de sua participação. O governo estadunidense negou conhecimento do ocorrido, deixando entender que se tivessem participado, o resultado teria sido bem sucedido.

Embora tenham dado essa afirmação, diversos pontos ligaram o governo com o ataque. Seja pelo seu discurso que afirmava a vontade de tirar Maduro do poder, pela sua busca de definir grupos terroristas, e grupos ligados ao tráfico de armas e drogas no local para que possam interferir de maneira legal, seja pelo preço dado a cadeira presidencial venezuelana, ou mais especificamente pelas ligações entre a *Silvercorp* com o governo estadunidense. Todos esses pontos intensificam a ideia de que houve relação com o plano golpista.

O trabalho buscou entender qual foi essa relação. Seria uma relação direta como ocorreu no caso cubano de 1961? ou os EUA, acompanhando o movimento econômico atual, terceirizaram sua vontade de troca de regime? A segunda opção é a defendida neste trabalho. Ao incitar o caos, motivando a oposição venezuelana e instigando grupos não-estatais a praticarem ato ilegal e contra constitucionais para a troca de um regime, os EUA refina seu modo de interferência em outros países, deixando-o mais barato, já que não tem que arcar com todos os custos que envolvem o uso de forças armadas estatais e politicamente, já que além de não ter que lidar com o congresso e suas privações, não lhe é atribuído a culpabilidade de interferência em outros países e não são contabilizadas mais mortes em suas costas.

De maneira a finalizar este trabalho, fica em aberto a hipótese de todo esse movimento de instauração de caos interno no país, com a utilização de agentes internos e de países vizinhos, não é parte de algo maior que podemos caracterizar como guerra híbrida.

Referências

AREVALO, Javier Ruiz. **Contratistas civiles en operaciones expedicionarias. Problemas de seguridad y control para el mando militar.** Athena Intelligence Journal. Vol. 3, No 1, (2008), pp. 13-38

BORBA DA COSTA, Priscila. **A guerra ao terror e a privatização da força: uma primeira análise do uso de companhias militares privadas nas intervenções estadunidenses no pós-onze de setembro.** Revista Tempo e Argumento, vol. 4, núm. 1, enero-junio, 2012, pp. 171-185. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil

BRANCOL, Fernando. **Atores não-estatais como agentes de securitização em conflitos: o papel de companhias militares privadas na guerra do Afeganistão.** In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo.

COHEN, M. & Maria. KUPÇU. (2005). **Privatizing foreign policy.** World Policy Journal, Fall, 2005: 34-51.

CONTRATO. 16 de outubro de 2019. Brasil de Fato. Disponível em <<https://cdn.brasildefato.com.br/documents/171c4ba4a4628b3782cbab6b0eca2183.pdf>> Acesso em 26 de junho de 2020.

GOODMAN, Joshua. **Ex-Green Beret led failed attempt to oust Venezuela's Maduro.** AP. 2020. Disponível em <<https://apnews.com/article/79346b4e428676424c0e5669c80fc310>> . Acesso em 26 de junho de 2020.

KALDOR, Mary. **New and old war. Organized violence in a global world.** Stanford University Press, 1999. Introduction and chapter 2.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KORYBKO, Andrew. **Trump's 'Bay of Pigs' moment in Venezuela more shameful than JFK's.** 2020. CGTN. Disponível em <<https://news.cgtn.com/news/2020-05-06/Trump-s-Bay-of-Pigs-moment-in-Venezuela-more-shameful-than-JFK-s-QgnWuHdVwk/index.html>>. Acesso em 26 de junho de 2020.

MELLO, Michele de. **Cinco crimes previstos no contrato de invasão à Venezuela assinado por Juan Guaidó.** Brasil de Fato. 2020. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/11/cinco-crimes-previstos-no-contrato-de-invasao-a-venezuela-assinado-por-juan-guaido>>. Acesso em 26 de junho de 2020.

PARDO, Daniel. **O que se sabe sobre a Silvercorp, empresa que organizou tentativa de sequestrar Maduro na Venezuela.** 2020. BBC. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52616101>>. Acesso em 26 de junho de 2020.

SINGER, P. W. **CORPORATE WARRIORS: The rise of the privatized military industry.** Cornell Studies, 2003.

SPUTINIK. **Venezuela opposition signed \$213mn contract with Silvercorp USA to topple Maduro.** 2020. Nation. Disponível em <<https://nation.com.pk/08-May-2020/venezuela-opposition-signed-dollar-213mn-contract-with-silvercorp-usa-to-topple-maduro>>. Acesso em 26 de junho de 2020.

TATUY TV. **Untangling Operation Gedeon.** Venezuelanalysis. Disponível em <<https://venezuelanalysis.com/analysis/14888>>. Acesso em 26 de junho de 2020.

VILLA, Rafael Duarte. **Segurança internacional: novos atores e ampliação da agenda.** Lua Nova, São Paulo, n. 34, p. 71-86, Dec. 1994 . Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de Junho de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000300006>.